



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

RELATÓRIO DE GESTÃO

2024 2026

Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Corregedor-Geral de Justiça

Desembargador Estevão Lucchesi de Carvalho

Vice-Corregedora-Geral de Justiça

Desembargadora Kárin Emmerich

Superintendente Adjunto de Planejamento da Secretaria da Corregedoria

Juiz Guilherme Lima Nogueira da Silva

Superintendentes Adjuntos dos Serviços Administrativos e dos Órgãos de Jurisdição de Primeiro Grau, conforme regiões administrativas da Corregedoria

Juíza Andréa Cristina de Miranda Costa

1ª Região e Direção do Foro da Comarca de Belo Horizonte

Juiz Adriano Zocche

2ª Região

Juíza Cláudia Luciene Silva Oliveira

3ª Região

Juiz João Luiz Nascimento de Oliveira

4ª Região

Juiz Paulo Roberto Maia Alves Ferreira

5ª Região

Juíza Marixa Fabiane Lopes Rodrigues

6ª Região

Superintendentes Adjuntos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Minas Gerais

Juíza Marcela Oliveira Decat de Moura

Juíza Simone Saraiva de Abreu Abras

Juiz Wagner Sana Duarte Morais

Coordenadora dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais

Juíza Raquel Discacciati Bello

SUMÁRIO

Apresentação	05
Reconhecimento de Excelência pelo CNJ	06
Governança de dados e gestão estratégica da informação	07
Projetos Estruturantes de Modernização, Integração e Sustentação dos Sistemas Judiciais	08
<i>Expansão e Suporte Integrado do Sistema eproc</i>	08
<i>Migração de Processos do PJe para o eproc</i>	09
<i>Desenvolvimento do Módulo de Custas Processuais no eproc</i>	10
<i>Gestão Judiciária no eproc</i>	10
<i>Implementação da Nova Versão do BNMP</i>	11
<i>Virtualização dos Inquéritos Policiais</i>	12
Outras ações importantes voltadas à Primeira Instância	13
<i>Implementação Conjunta da Ação Nacional de Identificação Civil e do SAREF nas Varas de Execução Penal</i>	13
<i>Implementação do Projeto-Piloto "Pátio Zerado"</i>	14
<i>Aprimoramento das atividades desenvolvidas pela CENTRASE Cível</i>	14
<i>Projeto-piloto de implantação e funcionamento da Central de Processos Eletrônicos de Cálculos de Custas Finais</i>	16
<i>Central de Processos Eletrônicos Turma Recursal e Execução Penal</i>	16
<i>Unificação de Secretarias de Juízo</i>	17
<i>Mapeamentos Técnico-Gerenciais de Fluxos e Organização do Trabalho de Unidades Judiciárias</i>	17
Ações de Fiscalização Judicial e Disciplinares	18
<i>Fiscalização do Judicial</i>	18
<i>Ações Disciplinares</i>	18
Ações realizadas na Direção do Foro da Capital	19
<i>Suporte Estratégico e Enfrentamento à Litigância Abusiva (SECOP-DIRFO)</i>	19
<i>Inovação e Uso de Inteligência Artificial (IA)</i>	19
<i>Centrais de Triagem e Apoio</i>	19
<i>Atendimento Humanizado e Audiências de Custódia</i>	20
<i>Central de Pesquisa Patrimonial (CPP)</i>	20
Juizados Especiais	21
<i>Criação de uma central para atendimento telefônico</i>	21
<i>Fale com o TJMG</i>	21
<i>Pads de assinatura</i>	21
<i>Sistema Multiportas</i>	22
<i>Projeto Juizado Móvel</i>	22
<i>Atos Concertados</i>	22
<i>Parceria com o TRE</i>	23
<i>Processo Seletivo para função de Juiz Leigo</i>	23
<i>Mutirões Conciliação</i>	23
<i>Indicação e monitoramento de unidades jurisdicionais do Juizado Especial para cooperação</i>	23

SUMÁRIO

Superintendência Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro	24
<i>Reestruturação da Superintendência Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro</i>	24
<i>Volume de atos e Dados da Arrecadação</i>	25
Gestão Estrutural e Reorganização das Serventias Notariais e de Registro	25
<i>Acumulações</i>	25
<i>Anexações Provisórias</i>	25
<i>Desinstalações</i>	25
<i>Desdobramento</i>	26
<i>Instalação</i>	26
Vacâncias e Gestão de Serventias Vagas	26
<i>Perda de Delegação (Administrativa e Judicial)</i>	26
<i>Incapacidade/Invalidez</i>	26
Automação de Processos Administrativos	27
<i>Automação de notificações de pendências de serventias por mala direta</i>	27
Ações de Fiscalização	27
Encontros de Capacitação da Corregedoria-Geral de Justiça - ENCOR	28
Mensagem do Corregedor	29



Caros magistrados e servidores,

É com grande satisfação que apresento o balanço de nossa gestão à frente da Corregedoria-Geral de Justiça no biênio 2024/2026. Durante esses dois anos, nossa principal meta foi a busca contínua pela celeridade na prestação jurisdicional e a eficiência no atendimento à sociedade. Estruturamos nossas ações com base em dados, inteligência e inovação para entregarmos uma Justiça mais célere, transparente e estruturada. A seguir, destaco as principais entregas e avanços que construímos juntos

02 RECONHECIMENTO DE EXCELÊNCIA PELO CNJ

O trabalho de toda a equipe refletiu expressivamente no último relatório de inspeção técnica da Corregedoria Nacional de Justiça, que classificou o desempenho institucional da Corregedoria-Geral de Justiça do TJMG como “altamente satisfatório”.

O órgão de controle nacional destacou que a nossa estrutura organizacional é robusta, funcionalmente especializada e compatível com a magnitude e a complexidade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Além disso, a equipe da CGJ foi elogiada por seu elevado grau de qualificação técnica.

A Corregedoria Nacional ressaltou que a nossa atuação é fortemente orientada por dados, elogiando o uso intensivo de painéis de *Business Intelligence* e a existência de um centro estatístico próprio. Segundo o documento, essa abordagem amparada em tecnologia e indicadores de desempenho revela um elevado grau de maturidade institucional, permitindo-nos atuar em larga escala, antecipar problemas e direcionar intervenções com máxima eficiência.

O reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça coroa o esforço conjunto da equipe ao longo do biênio. Recebemos essa avaliação como um forte incentivo para mantermos o aprimoramento contínuo das nossas ferramentas de gestão e o acompanhamento diligente da nossa força de trabalho. Dessa forma, garantimos que o padrão de excelência referenciado se consolide como um compromisso contínuo e um legado permanente para a Justiça mineira.

03 GOVERNANÇA DE DADOS E GESTÃO ESTRATÉGICA DA INFORMAÇÃO

No âmbito da governança de dados e da gestão estratégica da informação, o Centro de Estatística Aplicada à Justiça de Primeira Instância - CEJUR atuou no desenvolvimento, aprimoramento e sustentação de painéis gerenciais, estudos estatísticos e soluções de inteligência de dados voltados ao monitoramento de indicadores institucionais, acompanhamento operacional de projetos estratégicos e apoio à tomada de decisão.

As iniciativas implementadas contribuíram para ampliar a transparência, a rastreabilidade das informações, a capacidade analítica das unidades administrativas e o acompanhamento contínuo das atividades jurisdicionais e gerenciais.

A seguir estão relacionados os principais painéis e iniciativas voltadas à governança de dados que foram desenvolvidos nessa gestão:

- Painel “Migrador de Processos PJe”
- Painel de Virtualização dos Inquéritos
- Levantamentos Estatísticos para o Saneamento do BNMP 2.0
- Painel de Gestão Automatizada de Receitas Judiciais
- Painel Juiz das Garantias
- Painel de Improbidade Administrativa
- Painel de Movimentação Processual eproc (Diário)
- Automação de Relatórios Institucionais via *NPrinting* do *Qlik Sense*
- Evolução do Painel de Operosidade dos Magistrados
- Painel de Controle de Exames de DNA (COASA)
- Painel de Produtividade dos Serviços Auxiliares no PJe
- Painel Monitoramento Tático
- Painel de Prioridades Legais
- Desenvolvimento do Painel de Acompanhamento/Monitoramento de Procedimentos Disciplinares
- Painéis de Atos Transmitidos e Não Importados para a DAP-TFJ no SISNOR (Extrajudicial)
- Painel Analítico de Arrecadação e Atos Praticados
- Painel de Receitas e Despesas
- Painel sobre as Tabelas de Emolumentos e de TFJ

04 PROJETOS ESTRUTURANTES DE MODERNIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DOS SISTEMAS JUDICIAIS

EXPANSÃO E SUPORTE INTEGRADO DO SISTEMA EPROC

A implantação e a expansão do sistema eproc para todas as comarcas do Estado na competência cível representaram um passo estratégico para a modernização da tramitação processual a automação de rotinas e o consequente aprimoramento da prestação jurisdicional.

O eproc é um sistema de processo judicial eletrônico desenvolvido e disponibilizado gratuitamente pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4, que vem sendo adotado por diversos tribunais do país em razão de sua estabilidade, desempenho, elevado grau de automação e alto índice de satisfação dos usuários. Considerando tais características, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG definiu sua adoção como sistema único de tramitação processual no âmbito do Primeiro e do Segundo Graus de Jurisdição.

No âmbito do TJMG, a implantação do sistema teve início, em caráter piloto, em outubro de 2024, no na competência cível, contemplando a tramitação eletrônica de processos em unidades da Fazenda Pública da Comarca de Belo Horizonte, abrangendo as varas de feitos tributários estaduais e municipais, bem como a Centrarse Fazendária.

A expansão do eproc ocorreu de forma gradual e escalonada.



O processo de expansão envolveu atividades de parametrização sistêmica, definição e validação de regras negociais, homologações, capacitação de usuários, padronização de fluxos de trabalho e acompanhamento operacional das unidades judiciárias, com foco na adequada configuração do sistema e na segurança da transição tecnológica.

Para assegurar a implantação do sistema, foi adotado modelo híbrido de atendimento, com suporte presencial e telepresencial às unidades judiciárias. Na Capital, houve acompanhamento presencial do projeto-piloto entre outubro de 2024 e outubro de 2025. No interior, uma força-tarefa realizou 186 atendimentos presenciais em secretarias e gabinetes de diversas comarcas, entre setembro de 2025 e julho de 2026. Complementarmente, o suporte tele-presencial via videoconferência totalizou 1.043 atendimentos, consolidando alternativa ágil e eficiente de apoio operacional às unidades.

MIGRAÇÃO DE PROCESSOS DO PJE PARA O EPROC

No contexto da consolidação do eproc como sistema único de tramitação processual eletrônica no âmbito do TJMG, foi instituído projeto-piloto destinado à migração de processos eletrônicos do sistema Processo Judicial eletrônico – PJe para o sistema eproc, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.706/PR/2025, posteriormente ampliado pela Portaria Conjunta nº 1.789/ PR/2026.

No âmbito do projeto-piloto do migrador eproc, a atuação integrada das áreas técnicas e negociais, aliada à gestão consultiva e ao alinhamento institucional promovido junto às unidades judiciárias, viabilizou a migração de 102.146 processos eletrônicos do sistema PJe para o eproc.

Concluída a fase piloto na Capital, incluindo os Juizados Especiais, o projeto de migração estabelece expansão para as demais unidades judiciárias em junho de 2026.

DESENVOLVIMENTO DO MÓDULO DE CUSTAS PROCESSUAIS NO EPROC

Como parte das iniciativas de aprimoramento do sistema eproc no âmbito TJMG, foi concluída a primeira fase de desenvolvimento do Módulo de Custas Processuais, voltado à integração e automação das rotinas relacionadas à arrecadação judicial.

Dentre as funcionalidades implementadas, destaca-se a integração direta com o sistema GuiasWeb, permitindo a emissão e consulta de guias sem a necessidade de sair do ambiente do eproc. A funcionalidade possibilita, ainda, a conferência imediata do recolhimento das guias no próprio ambiente processual, eliminando a necessidade de alternância entre sistemas para validação dos pagamentos e proporcionando maior fluidez às rotinas das secretarias e contadorias.

O módulo passou a possibilitar, ainda, a visualização das guias de custas e despesas processuais no próprio sistema, formando repositório centralizado de documentos e facilitando o acesso às informações.

GESTÃO JUDICIÁRIA NO EPROC

A expansão do eproc na Primeira Instância implicou mudança estrutural na lógica de gestão processual, superando a mera digitalização e exigindo reorganização da gestão do acervo e uso estratégico das funcionalidades do sistema. Nesse contexto, o NUPLAN-CGJ tem acompanhado esta fase de pós-implantação, buscando o estímulo do uso qualificado dos recursos gerenciais do eproc pelas unidades judiciárias, especialmente agendamentos, preferências e localizadores.

Foram produzidos o [Guia de Gestão Judiciária no eproc](#) e o [Mini-guia de Gestão Judiciária no eproc](#) (versão de consulta rápida), materiais de natureza técnico-gerencial voltados ao apoio à gestão judiciária e ao uso estratégico do sistema, especialmente no contexto do DPE.

Acesse:



- > Página Inicial
- > Processo Eletrônico
- > Eproc
- > Guia de Gestão Judiciária



IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA VERSÃO DO BNMP

Em agosto de 2024, foi implementada a nova versão do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões – BNMP 3.0. A transição da versão anterior trouxe desafios operacionais relevantes, especialmente em razão de instabilidades sistêmicas e inconsistências decorrentes do processo de migração, intensificando a necessidade de suporte e orientação às unidades judiciárias quanto à correta utilização das funcionalidades da plataforma.

A nova versão passou a permitir o registro estruturado de eventos relevantes da execução penal, como fuga, evasão, saída temporária, transferência de presos e alteração de regime, além da utilização de alertas automáticos para acompanhamento de pendências, prazos e atos dependentes de providências das unidades judiciárias, contribuindo para maior segurança, confiabilidade e eficiência das rotinas relacionadas ao controle prisional.

Paralelamente às ações de implantação e estabilização do sistema, a COSIS - CGJ atuou, em parceria com a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), na integração das polícias civil e penal ao BNMP 3.0, permitindo a produção direta de peças pelas instituições e a centralização, em tempo real, de informações relacionadas a mandados de prisão e alvarás de soltura. A iniciativa foi consolidada pelo Provimento Conjunto nº 154/2025, fortalecendo a integração institucional e a eficiência operacional do controle carcerário.



Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

VIRTUALIZAÇÃO DOS INQUÉRITOS POLICIAIS

A virtualização dos inquéritos policiais teve início em junho de 2024, em paralelo à expansão do sistema PJe para a tramitação dessa classe processual, com o objetivo de promover a transformação digital dos procedimentos investigativos, ampliar a agilidade processual, fortalecer a segurança documental e reduzir custos operacionais relacionados ao armazenamento e à movimentação física dos autos.

Na primeira etapa, foram virtualizados os inquéritos policiais em trâmite na Comarca de Belo Horizonte. Na segunda etapa, a ação foi ampliada para algumas comarcas integrantes da 2ª Região Administrativa da Corregedoria-Geral de Justiça, passando, posteriormente, a seguir cronograma próprio e escalonado de expansão para as demais regiões administrativas do Estado.

Do acervo total de 473.853 procedimentos aptos à virtualização, aproximadamente 452.565 já foram virtualizados, representando cerca de 95% do total previsto no projeto.

A construção de um painel pelo CEJUR - CGJ possibilitou o gerenciamento, o acompanhamento e a sistematização dos trabalhos, conferindo maior controle e qualificação das análises na execução das atividades.

05 OUTRAS AÇÕES IMPORTANTES VOLTADAS À PRIMEIRA INSTÂNCIA

IMPLEMENTAÇÃO CONJUNTA DA AÇÃO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E DO SAREF NAS VARAS DE EXECUÇÃO PENAL

No âmbito das Varas de competência em execução penal, foram implementadas ações integradas voltadas à identificação civil e ao acompanhamento das pessoas em cumprimento de pena, por meio da Ação Nacional de Identificação Civil e do Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial (SAREF).

O SAREF é um sistema de apresentação remota que utiliza reconhecimento facial e geolocalização (GPS) por dispositivo móvel, permitindo o controle de comparecimentos periódicos, gestão de calendário, emissão de comprovantes e monitoramento do cumprimento de condições judiciais impostas. Destina-se a pessoas em regimes aberto e semiaberto, livramento condicional, sursis, penas restritivas de direitos e demais hipóteses de comparecimento periódico em juízo.

A Ação Nacional de Identificação Civil utiliza validação biométrica e consultas a bases do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com foco na confirmação da identidade, qualificação cadastral e maior confiabilidade dos registros no âmbito da execução penal.

As ações foram implementadas em formato piloto em março, na Vara de Execuções Penais da Comarca de Ribeirão das Neves, sendo posteriormente expandidas para as comarcas de Divinópolis e Contagem. O primeiro ciclo de expansão está previsto para o segundo semestre, com abrangência de comarcas de entrância especial.



IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO-PILOTO “PÁTIO ZERADO”

O projeto-piloto “Pátio Zerado” foi implementado no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 432/2025, firmado entre o TJMG, a SEPLAG/MG, o CET/MG (atual DETRAN/MG) e a AGE/MG, com o objetivo de viabilizar leilões de veículos apreendidos há mais de 60 dias e com impedimentos judiciais, bem como validar fluxos de regularização e destinação de bens.

A iniciativa foi executada no Pátio Expressa, em Belo Horizonte, abrangendo exclusivamente restrições judiciais de processos da competência cível. No período, foram excluídas 83% das restrições judiciais incidentes sobre os veículos daquele pátio, permitindo, portanto, o leilão desses veículos.

Com base nos resultados alcançados, foram iniciadas tratativas para implementação definitiva da iniciativa, com ampliação para outros pátios do Estado.

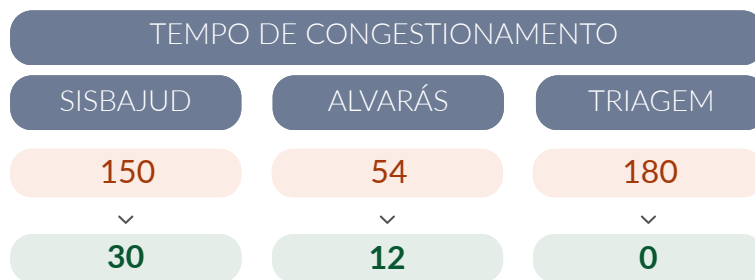
APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA CENTRASE CÍVEL

Diante dos desafios enfrentados pela CENTRASE Cível, especialmente o elevado acervo ativo e a necessidade de maior eficiência na execução de medidas expropriatórias, foi elaborado relatório interdisciplinar pela Corregedoria-Geral de Justiça, com participação do NUPLAN-CGJ e do CEJUR-CGJ, voltado à análise da estrutura organizacional, dos fluxos de trabalho, da força de trabalho e da carga operacional da unidade.

A partir das conclusões apresentadas no relatório, foram sugeridas medidas voltadas ao aprimoramento da unidade, algumas já implementadas, dentre as quais se destacam a designação de magistrado cooperador, o reforço da força de trabalho e a instituição de sistema de cooperação para expedição célere de alvarás.

Após esse trabalho a CENTRASE Cível apresentou resultados positivos, reduzindo sobremaneira o tempo de tramitação processual, conforme demonstrado no quadro a seguir:

PROCESSOS PARALISADOS		
SISBAJUD	ALVARÁS	TRIAGEM
5810	2103	1074
∨	∨	∨
722	1224	44
- 88%	- 42%	- 96%



Nota-se que, a partir do momento em que o processo aporta na Centrase Cível, a primeira tentativa de constrição patrimonial (bloqueio SISBAJUD) é realizada em, no máximo, 30 dias.

Houve um aumento significativo na produtividade do Gabinete da Centrase Cível, passando do patamar semanal de 450 sentenças/decisões/despacho no primeiro semestre de 2024 para, aproximadamente, 950 sentenças/decisões/despacho por semana, a partir do segundo semestre de 2024, quando houve um incremento no quadro de pessoal.

Os ajustes realizados neste biênio foram decisivos para o arquivamento da Inspeção do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a Centrase Cível, ocorrido em abril de 2025, conforme noticiado no SEI nº 0043290-91.2024.8.13.0000, evento 22385334.

Nesse contexto, importante ressaltar que na última edição da pesquisa Justiça em Números (2025), elaborada pelo CNJ, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais apresentou o menor tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados na fase de execução de primeiro grau, em relação aos dados dos maiores Tribunais de Justiça do país.

Ressalta-se, ainda, que a Centrase Cível, desde novembro de 2024, mantém o acervo processual dentro do parâmetro de paralisação processual estabelecido pelo CNJ, não havendo processos paralisados há mais de 120 dias em nenhum dos sistemas processuais (Pje e EPROC).

PROJETO-PILOTO DE IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DE CÁLCULOS DE CUSTAS FINAIS

A Central de Processos Eletrônicos (CPE-Custas Finais) foi instituída para centralizar e padronizar o ciclo de apuração e cobrança de receitas judiciais, a fim de conferir celeridade à apuração dos valores e na tramitação dos feitos judiciais, aumento da arrecadação, diminuição de evasão de receitas e padronização dos trabalhos.

O objetivo imediato do projeto foi o de impulsionar os processos com custas finais na competência cível residual represados na contadoria da comarca de Belo Horizonte, principalmente os feitos remetidos pela CENTRASE-Cível, mediante a cooperação remota.

A CPE-Custas Finais já atuou em outras 13 contadorias, totalizando 49.448 processos (29/04/2025 a 22/06/2026).

No ano de 2026, a iniciativa avançou para o âmbito do Juizado Especial Cível da Comarca de Belo Horizonte, em regime de cooperação, tendo sido iniciado, ainda, o treinamento voltado à apuração de custas finais nas varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual, visando a futura expansão nessa competência.

CENTRAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS TURMA RECURSAL E EXECUÇÃO PENAL

A Corregedoria prestou relevante suporte que possibilitou o desenvolvimento tanto da CPE de Turma Recursal quanto da CPE de Execução Penal.

O NUPLAN-CGJ atuou na padronização das rotinas das CPEs das Turmas Recursais, inclusive mediante estudos técnicos, definição de fluxos operacionais e apoio à implementação dessas estruturas. A CPE-TR foi regulamentada pela Portaria Conjunta nº 1.545/2024.

A COSIS-CGJ prestou todo o suporte sistêmico necessário para que a CPE da Execução Penal fosse devidamente criada e regulamentada pela Portaria Conjunta nº 1.821/2026.

UNIFICAÇÃO DE SECRETARIAS DE JUÍZO

Alinhado ao compromisso de modernizar a gestão judicial, o tribunal promoveu uma importante unificação das secretarias de juízo na comarca de Belo Horizonte, o que permitiu otimizar a distribuição da força de trabalho.

De forma progressiva, o modelo de vinculação de uma Secretaria a um único juízo está sendo substituído por uma estrutura compartilhada. O objetivo é garantir o equilíbrio da carga processual e administrativa entre as unidades.

Neste biênio, unificou-se com sucesso as secretarias das Varas de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores; das Varas de Feitos Tributários Municipais; e das Varas Criminais e da Central de Garantias (1ª e 2ª Varas das Garantias e Audiências de Custódia).

Vale destacar que essa reestruturação foi **reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como uma boa prática processual**. O modelo foi considerado merecedor de estudos para replicação em outras unidades, iniciativa que já está em andamento.

MAPEAMENTOS TÉCNICO-GERENCIAIS DE FLUXOS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE UNIDADES JUDICIÁRIAS

No âmbito da gestão judiciária e do apoio à racionalização de rotinas, foram realizados mapeamentos técnico-gerenciais voltados à análise de fluxos de trabalho, estrutura organizacional, carga operacional e uso do ambiente eletrônico, especialmente no contexto do eproc. As iniciativas possuem caráter diagnóstico e colaborativo, com foco na identificação de gargalos, na compreensão sistêmica da organização do trabalho e no fornecimento de subsídios para a melhoria do desempenho das unidades.

No mapeamento da CENTRASE Cível foi realizada análise da estrutura organizacional, da força de trabalho e da carga de processos, em parceria institucional.

No mapeamento das Secretarias Unificadas, houve apoio técnico inicial à elaboração do projeto-piloto, com contribuição voltada à estruturação do modelo organizacional, redefinição de fluxos, competências e arranjos de trabalho.

05 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL E DISCIPLINARES

FISCALIZAÇÃO DO JUDICIAL

A atividade de fiscalização, compreendida como instrumento de aperfeiçoamento institucional com o objetivo de fortalecer a credibilidade do Poder Judiciário perante a sociedade, foi aprimorada nesta gestão.

Foram realizadas diversas ações temáticas de orientação, tratamento e atualização de sistemas de fiscalização realizadas pela GEFIS/DIRCOR-CGJ para cumprimento das metas definidas no Programa de Melhoria de Indicadores do IPC-Jus e outras metas do CNJ.

Essas ações temáticas tiveram como objetivo principal melhorar o IPC-Jus do TJMG, atuando, de forma coordenada na:

- correção de movimentações indevidas;
- aumento da qualidade dos lançamentos e do banco de dados estatísticos do TJMG;
- redução do acervo total de feitos ativos do TJMG;
- redução da taxa de congestionamento das unidades judiciárias;
- redução do tempo médio de tramitação.

Além dessas ações temáticas, foram realizadas 126 Correções Extraordinárias Parciais Judiciais e, aproximadamente, 1.000 inspeções remotas nas unidades judiciárias do Estado.

AÇÕES DISCIPLINARES

Foram instaladas 168 (cento e sessenta e oito) sindicâncias e 76 (setenta e seis) processos administrativos disciplinares; 24 (vinte e quatro) termos de ajustamento de disciplinar; e 7 (sete) termos de ajustamento de conduta.

06 AÇÕES REALIZADAS NA DIREÇÃO DO FORO DA CAPITAL

SUPORTE ESTRATÉGICO E ENFRENTAMENTO À LITIGÂNCIA ABUSIVA (SECOP-DIRFO)

A Equipe de Suporte Estratégico, Cooperação e Projetos da Direção do Foro (SECOP-DIRFO), instituída em agosto de 2023, atuou fortemente na identificação e contenção de demandas predatórias.

INOVAÇÃO E USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Central de Inquéritos Policiais: No projeto de análise de Prescrição da Pretensão Punitiva, 15.902 inquéritos passaram por triagem preliminar. Destes, 12.123 inquéritos elegíveis foram submetidos à IA para análise. Os resultados foram disponibilizados aos magistrados competentes, para verificação humana e providências cabíveis.

Checklist de Usucapião (Registros Públicos): O uso da ferramenta reduziu o tempo de verificação de regularidade documental em 75% (de 4 horas para aproximadamente 1 hora).

Guias de Execução Penal: As ferramentas de IA estão auxiliando na elaboração e conferência de relatórios, com elevada eficiência operacional.

CENTRAIS DE TRIAGEM E APOIO

O suporte operacional prestado pelas centrais às unidades judiciárias demonstrou volume expressivo de produtividade:

A Central de Triagem (CTBH) processou um total de 205.914 tarefas, com maior volume nas áreas Cível (113.084) e de Precatórias Cíveis (43.245).

A SERDIS (Distribuição) realizou a indexação de 96.733 documentos, além de milhares de distribuições e redistribuições de expedientes.

ATENDIMENTO HUMANIZADO E AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

A Secretaria de Atendimento Humanizado (PAS/BH) realizou 56.077 atendimentos gerais.

Entre estes, destacam-se 5.668 encaminhamentos de mulheres vítimas de violência doméstica e 846 atendimentos a pessoas em situação de rua.

Foram registrados 354.576 visitantes no Fórum Lafayette no período.

Audiências de Custódia: Realizou-se um total de 12.857 audiências de flagrante delito e 4.940 audiências de cumprimento de mandado.

CENTRAL DE PESQUISA PATRIMONIAL (CPP)

A Central de Pesquisa Patrimonial gerou relatórios cruciais para a efetividade das execuções, englobando CENTRASE, juízos da capital e do interior.

Foram acompanhados 142 devedores e finalizados 103 relatórios de pesquisa.

07 JUIZADOS ESPECIAIS

A Coordenação dos Juizados Especiais desenvolveu diversos projetos específicos voltados à melhoria da prestação jurisdicional nos Juizados, dadas as suas peculiaridades. Dentre eles destacam-se:

CRIAÇÃO DE UMA CENTRAL PARA ATENDIMENTO TELEFÔNICO

Com o intuito de aprimoramento das condições de atendimento ao público, diminuindo as filas presenciais, as reclamações e melhorando a experiência do usuário, foi criada a Central de Atendimento Telefônico. O objetivo foi prestar, de modo remoto, o maior número possível de informações ao cidadão, evitando deslocamentos ao JESP, aliviando o atendimento de Gabinetes e Secretarias, facilitando e agilizando a tramitação processual.

FALE COM O TJMG

Em parceria com a CONOD, o Juizado Especial Cível passou a adotar o *chatbot* 'Fale com o TJMG' como principal forma de atendimento virtual. A ferramenta propicia agilidade no atendimento, segurança no fluxo de dados, documentos e informações, facilidade ao usuário externo e interno, melhorando a experiência de contato com a justiça e trazendo celeridade à tramitação processual.

 Fale com o TJMG

PADS DE ASSINATURA

Integrando sugestão trazida pelo Juizado Especial de Sete Lagoas, o JESP Cível e Fazendário de Belo Horizonte participou do projeto piloto de uso de pads eletrônicos para assinatura digital.

O projeto se mostrou exitoso, agilizando o atendimento presencial. A expansão para para todas as Unidades Jurisdicionais do Estado está em fase de aquisição dos equipamentos.

SISTEMA MULTIPORTAS

Trata-se de parceria da Coordenação dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais e a 3ª Vice- Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, através do CEJUSC/BH - Integração dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.

Pelo projeto, são buscados convênios com empresas parceiras a fim de se tentar solucionar a demanda trazida pelo jurisdicionado antes mesmo do ajuizamento da ação. É aberto um procedimento administrativo pré-processual, com audiência designada para, no máximo, 15 dias, em que as partes buscam solucionar o conflito por meio de um acordo, homologado pelo CEJUSC/BH.

Além das empresas aderentes no início do projeto, Itaú, Cemig, Mercantil, Unimed e Claro, atualmente também temos convênio com a Copasa e o Pic Pay e está em permanente expansão.

PROJETO JUIZADO MÓVEL

O projeto foi elaborado em parceria com o Núcleo de Gestão de Projetos – NUGEPRO e outros setores do TJMG, com objetivo de efetivação da Recomendação nº45/2013 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e da Resolução nº 765, de 28 de abril de 2014.

São dois veículos - duas vans, devidamente plotadas e equipadas (equipamentos de informática, como notebooks, impressora, cabos, telas, internet), além de bancos, mesas, devidamente personalizadas, para atender ao público nos estádios de futebol e em outros eventos.

O equipamento foi utilizado em eventos ocorridos na capital, como o 'Rua de Direitos', promovido pelo Núcleo de Voluntariado e também eventos no interior do Estado, a exemplo de Governador Valadares e Juiz de Fora, para fins de atendimento, atermção e divulgação do trabalho prestado pelos Juizados Especiais à população mais carente.

ATOS CONCERTADOS

O Juizado Especial realizou três atos concertados com o objetivo de solucionar demandas volumosas e repetitivas, envolvendo as empresas 123 Milhas, *Thermas e Hurb Technologies S.A.*

PARCERIA COM O TRE

O Juizado da Capital possibilitou a abertura de posto de atendimento temporário do TRE para a realização de serviços de cadastramento biométrico, alistamento eleitoral, revisão, transferência e emissão de certidão.



PROCESSO SELETIVO PARA FUNÇÃO DE JUIZ LEIGO

A Coordenação do Juizado Especial da Capital ficou responsável pela organização e realização da Seleção Pública de Juízes Leigos (Edital 01/2025) da comarca de Belo Horizonte.

Ao final do certame foram aprovados mais de 400 candidatos que seguem nas fases seguintes do processo seletivo.

MUTIRÕES CONCILIAÇÃO

Foram realizados mutirões de conciliação com destaque para as ações envolvendo as empresas Thermas Internacional de Minas Gerais e Solução Útil Assessoria e Cobranças EIRELLI e, ainda, com LATAM.

Ao todo foram realizadas 454 audiências que ensejaram uma taxa de conciliação em torno de 60,8% nos mutirões envolvendo as duas primeiras empresas e 36,9% no caso da LATAM.

INDICAÇÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES JURISDICIONAIS DO JUIZADO ESPECIAL PARA COOPERAÇÃO

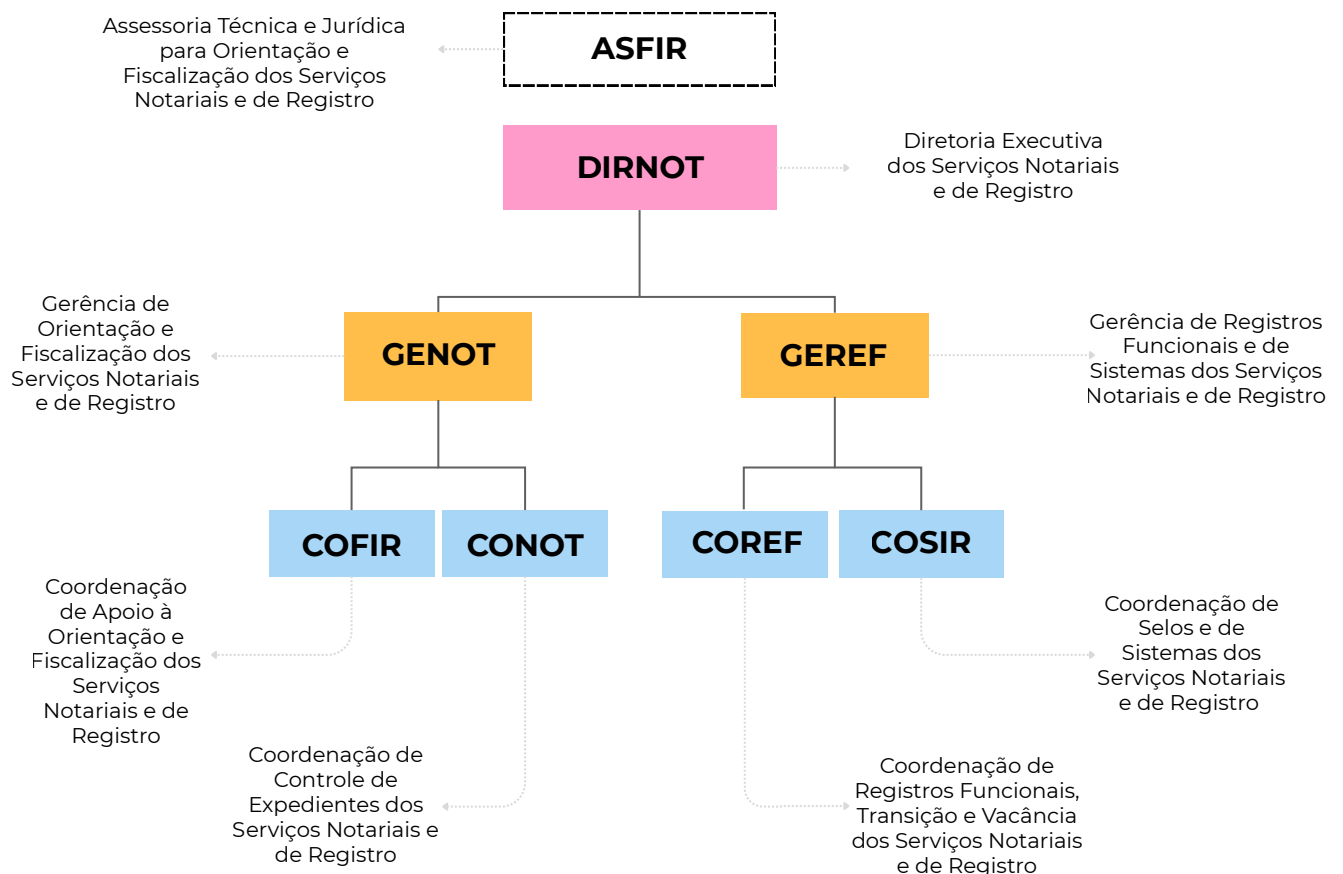
Ao longo de toda a gestão mais de 40 unidades jurisdicionais foram indicadas para receberem cooperação do Núcleo 4,0, sendo que todas elas foram monitoradas pela Coordenação do Juizado Especial durante esse período.

08 SUPERINTENDÊNCIA ADJUNTA DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

REESTRUTURAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA ADJUNTA DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

A gestão 2024/2026 iniciou-se com processo significativo de reestruturação administrativa, culminando na publicação da Resolução nº 1.139/2026, que dispõe sobre a estrutura organizacional e o funcionamento da Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça. A referida norma consolidou a redefinição da Superintendência Adjunta dos Serviços Notariais e de Registro em novo patamar funcional.

Esta reorganização potencializou a capacidade de resposta institucional, permitindo maior especialização funcional e eficiência operacional nas atividades de supervisão, orientação e fiscalização das serventias notariais e de registro do Estado de Minas Gerais.



VOLUME DE ATOS E DADOS DA ARRECADAÇÃO

O volume de atos praticados pelas serventias extrajudiciais no Estado de Minas Gerais tem crescido de forma contínua e significativa ao longo dos últimos anos, acompanhando o desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais.

No período de julho de 2024 a abril de 2026, houve um aumento de 67,0% na arrecadação da TFJ em relação à média mensal apurada no período anterior.

GESTÃO ESTRUTURAL E REORGANIZAÇÃO DAS SERVENTIAS NOTARIAIS E DE REGISTRO

Um dos eixos estratégicos do biênio concentrou-se no ordenamento estrutural das serventias notariais e de registro, mediante implementação sistemática de medidas de desdobramento, extinção, desinstalação, anexação provisória e acumulação de serventias, sempre em consonância com a legislação estadual vigente e as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

Acumulações

Durante o período, foram acumuladas 176 serventias nas sedes das comarcas, em conformidade com o disposto na Lei Complementar estadual nº 166/2022.

Anexações Provisórias

Complementarmente, procedeu-se à anexação provisória de 24 serventias, respaldada no artigo 300-H da Lei Complementar estadual nº 59/2001, como medida de transição administrativa voltada à regularização funcional.

Desinstalações

No que concerne às desinstalações, foram finalizados os procedimentos relacionados ao 3º Tabelionato de Notas de Ituiutaba, 3º Tabelionato de Notas da Comarca de Sabará e 2º Tabelionato de Notas da Comarca de São João del Rei, consolidados por meio das Resoluções nº 1.099/2025, nº 1.114/2025 e nº 1.117/2025, respectivamente. Adicionalmente, encontram-se em fase de análise técnica propostas de desinstalação do 1º Tabelionato de Notas de Ubá e do 1º Registro Civil das Pessoas Naturais de Juiz de Fora.

Desdobramento

Quanto ao desdobramento de serventias, processo de significativa relevância para expansão da rede de serviços notariais e de registro no Estado de Minas Gerais, a Superintendência mantém em andamento diversos expedientes técnicos e administrativos visando à instalação de novas unidades em comarcas de expressiva demanda. Encontram-se em processamento propostas de desdobramento para as comarcas de São Sebastião do Paraíso, Unaí, Uberaba, Boa Esperança, Juiz de Fora, Alfenas, Ipatinga, Pará de Minas, Vespasiano, Contagem e Muriaé.

Instalação

No que tange ao desdobramento já autorizado e em fase de implementação, destaca-se a pendência de instalação do 2º Registro de Imóveis da Comarca de São João del Rei (Resolução nº 1.126/2025), cujas formalidades administrativas encontram-se concluídas, aguardando apenas a disponibilidade de candidato aprovado em concurso público para a efetiva instalação da serventia.

VACÂNCIAS E GESTÃO DE SERVENTIAS VAGAS

Durante o biênio 2024/2026, ocorreram 26 vacâncias nas serventias notariais e de registro do Estado, decorrentes de perda de delegação, invalidez e decisões judiciais. Destas, 13 resultaram em situação de vacância e 13 em acumulação provisória.

Perda de Delegação (Administrativa e Judicial)

No período, foram declaradas a vacância de 15 serventias devido a perda de delegação (administrativa ou judicial)

Incapacidade/Invalidez

No biênio, foram declaradas 11 vacâncias de serventias por reconhecimento da incapacidade dos delegatários.

AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Automação de notificações de pendências de serventias por mala direta

Durante o biênio, a Superintendência desenvolveu e implementou solução inovadora de automação de notificações e mala direta mediante Google Apps Script, que permite automatizar o envio de comunicações institucionais em massa com personalização de dados para cada destinatário.

A iniciativa de automação trouxe impactos em eficiência operacional, mitigação de erros, personalização, sigilo e escalabilidade. A solução encontra-se documentada e estruturada, estando pronta para replicação e adaptação por outras equipes e coordenações.

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

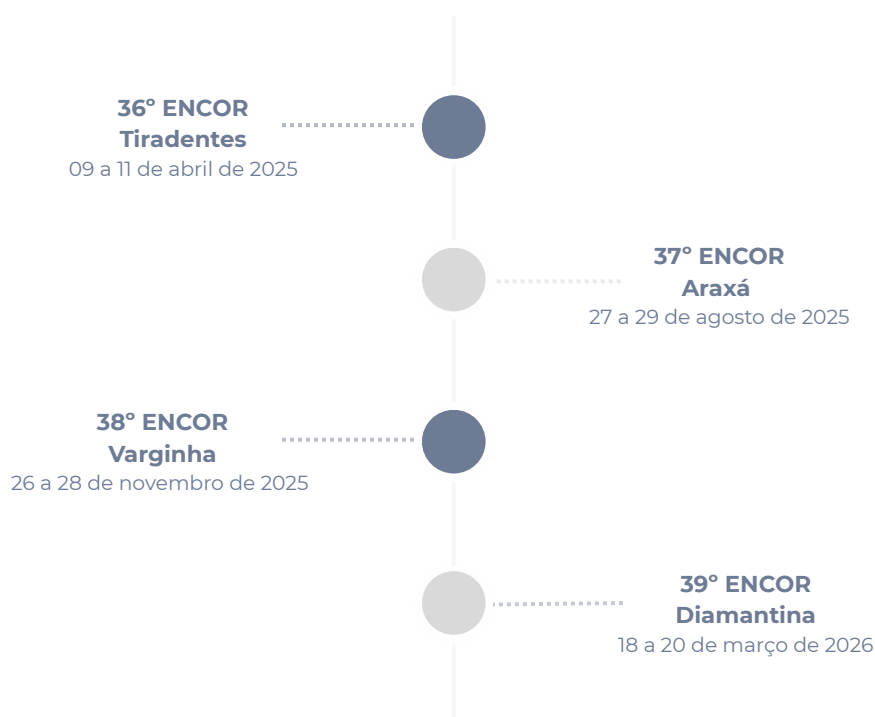
A DIRNOT-CGJ intensificou ações de fiscalização e monitoramento das serventias de registro civil das pessoas naturais, especialmente no que concerne à regularização de irregularidades sistemáticas.

Ao todo foram realizadas 539 inspeções nas serventias notariais e de registro de todo o Estado.

Como resultado das ações de fiscalização, foram expedidas recomendações administrativas, promovido o saneamento de irregularidades, emitidas orientações técnicas especializadas e, quando constatada infração disciplinar, instaurados procedimentos administrativos disciplinares nos termos da Lei Federal nº 8.935/1994 e do Provimento Conjunto nº 93/2020.

09 ENCONTROS DE CAPACITAÇÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA - ENCOR

Com o objetivo de promover o aprimoramento contínuo, a disseminação de boas práticas e o letramento digital, foram realizados 4 (quatro) Encontros de Capacitação da Corregedoria-Geral de Justiça (ENCOR), abrangendo diversas regiões do Estado. Os eventos fortaleceram a aproximação da Corregedoria-Geral de Justiça com os magistrados do interior, ampliando o diálogo, a troca de experiências e o alinhamento institucional em prol de uma prestação jurisdicional mais célere, padronizada e eficiente. Nesta gestão, o ENCOR completou 20 anos de realizações ininterruptas e consolidou-se como espaço de aperfeiçoamento da magistratura mineira. Com foco no uso responsável da Inteligência Artificial e da Tecnologia da Informação no Poder Judiciário, adotou-se um formato mais dinâmico e participativo, com painéis expositivos, metodologia World Café e oficinas de aprendizagem. Os quatro encontros alcançaram índices de aprovação geral de 85%, 91%, 96% e 97,7%, evidenciando os resultados positivos da iniciativa.





MENSAGEM DO CORREGEDOR

Chegamos ao fim deste biênio com entregas concretas. Os avanços em celeridade e na adoção de novas tecnologias são reflexo direto da dedicação de cada magistrado e servidor.

Aos que caminharam ao nosso lado e viabilizaram esses projetos, o meu sincero agradecimento. O trabalho em equipe nos permitiu deixar uma Justiça mineira mais estruturada, ágil e preparada para o futuro.

Desembargador **Estevão Lucchesi de Carvalho**
Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais